

AS MUITAS FACES DA CRISE BRASILEIRA

Marcos Del Roio

Faculdade de Filosofia e Ciências FFC/UNESP

Abstract

the following article attempts to demonstrate that the current economic crisis must be understood within a broader historical framework, which requires observing the organic movement of capital in the crisis and how the Brazil falls in this context. We need to examine further the correlation between social forces and alliances they pursue hegemony. The approval to the labour movement and popular mostly showed the boundaries of reformism, on his search for the education of the capitalism and not for to socialism. This fact contributed to an enormous hegemonic concentration of the bourgeoisie.

Keywords: organic crisis, hegemony, working aristocracy

1. A crise brasileira e a crise orgânica do capital

O Brasil se destacou no século atual pela aparente capacidade em provocar deslocamentos hegemônicos na sua vida social e política, com a assunção ao governo do Partido dos Trabalhadores e de um presidente de origem operária, assim como por uma política internacional de perspectiva integracionista e multipolar, em clara oposição ao interesse imperial dos Estados Unidos. Essa ilusão, como podia ser previsto, se desmanchou como castelo de areia na beira do mar. Mas por que a década de arrebate do governo do PT criou ilusões e tinha uma queda previsível?

Para a apreensão do significado dessa conjuntura de crise é preciso antes compreender o movimento orgânico do capital e a fase em que se encontra, pois que é óbvio que o capitalismo brasileiro (e sul-americano) constitui um setor determinado do império universal do capital. O empenho do capital para se apropriar do conjunto da vida social e de todos os recursos da natureza foi enfim bem sucedido em torno do

último quarto do século passado, no momento mesmo em que ingressava na crise orgânica do seu metabolismo sociometabólico.

A política do capital, em particular da oligarquia financeira transnacional, a fim de resgatar as taxas de acumulação, esteve voltada para uma gigantesca inovação científica, tecnológica e gerencial, exatamente com o fito de ampliar a produtividade do trabalho. Acoplada a essa ação essencial houve a imposição da abertura de mercados a fim de acelerar a circulação e o consumo, a privatização de setores produtivos e de serviços pertencentes ao Estado, assim como a enorme pressão tendo em vista a retirada de direitos conquistados pelo movimento operário no decorrer do século precedente.

Esse conjunto de políticas postas em prática pelos Estados gerou uma notável regressão social e cultural em praticamente todo o mundo. De maneira geral, a revolução técnica científica conduzida pelo capital, em vez de ampliar os espaços de emancipação, levou o individualismo próprio da época burguesa a uma exacerbação que fez predominar vínculos de sociabilidade fundados na violência e na opressão, como exemplificado pelo crime organizado e pela repressão e pela corrupção estatal escancaradas. Por outra parte, sem que exista dentro da ordem uma oposição significativa à faceta anterior, observa-se também a manifestação dos mais retrógrafos movimentos religiosos, que surgem na medida em que o desemprego estrutural e a retirada do Estado de suas funções sociais se comprovam. Assim, pode-se dizer que os elementos de alienação são mais presentes hoje do que em outra época qualquer da história do capitalismo. Problemas que desde o surgimento do capital e da divisão social do trabalho existiam, hoje são elevados a patamares gritantes como a exploração sexual, a diferenciação étnica, a devastação do ambiente necessário à sobrevivência da espécie humana.

Em meio à ofensiva do capital em crise orgânica, soçobraram as instituições sociais geradas pelo movimento operário, em particular o partido político (não importa se justificados por alguma variante de “marxismo”) e o sindicato, assim como as suas ideologias, quase sempre de caráter reformista e, portanto, subalternas. Deve ser considerado que a drástica mudança no perfil da força de trabalho, reconfigurado pela ofensiva capitalista, contribuiu de modo decisivo na crise do movimento operário, que assistiu a ruptura das posições que conseguiu ocupar dentro da ordem burguesa. O

processo de desqualificação / requalificação do trabalho tem sido bastante intenso. De modo desigual e combinado, esse movimento orgânico alcançou as mais diversas formas sociais e estatais, por conta do processo de mundialização do capital.

2. O neoliberalismo como consenso

O chamado neoliberalismo foi e ainda é o involucro ideológico desse período de crise orgânica do capital. Na imensa zona chamada de América Latina, em toda a sua diversidade essa ideologia penetrou desde os anos 70, ainda sob o tacão de ditaduras militares, como nos casos de Chile e Argentina. Nesses Países o aspecto regressivo na vida social e cultural já se fez patente. Nos anos 80 os regimes neoliberais tenderam a se acoplar com formas institucionais também liberais, chamadas por muitos de “democracia”. O Brasil foi o último País a embarcar nessa forma política, tanto que em 1990 poderíamos ser identificados como uma nação liberal e democrática, ainda que com necessidade de aperfeiçoamentos. Apenas o pioneiro Chile continuava submetido ao controle da casta militar.

O chamado Consenso de Washington, tomado de um documento com esse nome, exarado ainda em 1989, serviu de diretriz política econômica para os governos dos Países do continente. Os anos 90 foram de grande entusiasmo e notável consenso em torno da ideologia neoliberal, tal a ser identificada como o “pensamento único”. Nessa fase de euforia pelo fim do socialismo de Estado na Europa oriental e da própria URSS, foram estabelecidos acordos regionais de diferente alcance, mas sempre com o objetivo de fixar contratos que ampliassem o giro de capital. O mais notável foi a criação da União Europeia, mas o NAFTA e o Mercosul também se destacaram, principalmente do ponto de vista do Brasil. Importante indicar o fracasso do projeto da ALCA, que implicaria a completa submissão do continente e mesmo de suas classes dirigentes aos desígnios dos Estados Unidos, caso fosse mesmo estabelecida essa imensa área de livre comércio.

Considerando a tendência jurídica institucional, a década de 90 caracterizou-se pelo estabelecimento da possibilidade da reeleição de mandatários. Em substituição às ditaduras militares uma forma híbrida de bonapartismo reacionário e governo representativo se configurava. Os governos Menem, na Argentina, e Fujimori, no Peru, são os exemplos mais claros, sem que se possa descartar o governo Cardoso no Brasil.

A privatização das empresas, bancos e serviços do Estado possibilitaram um verdadeiro saque dos fundos públicos, com a corrupção correndo desordenada. Nesse cenário as instituições da democracia burguesa tenderam a se esvaziar ao serem também elas privatizadas de certo modo. A contradição entre capitalismo em crise orgânica e democracia de massas já se colocava, e, por conseguinte a inviabilidade de uma estratégia reformista de largo alcance.

A crise social que se estendeu pelo continente gerou formas de resistência e propostas alternativas relativamente novas. As ditaduras militares haviam desbaratado as organizações políticas criadas pelo movimento operário e pela pequena burguesia revolucionária. As classes subalternas receberam um ulterior golpe com a desintegração do socialismo de Estado e a crise do movimento comunista (que já vinha desde os anos 80).

No Brasil a recuperação do movimento operário e camponês ocorreu a partir da fase declinante da ditadura militar, quando a “aristocracia operária” criou, em 1980, um novo partido operário – o PT – e uma central sindical em 1983 – a CUT, além de um movimento camponês – o MST – em 1984. O involucro ideológico desse conjunto era bastante heterogêneo, com eventual predomínio social católico, mas com uma visão política que se aproxima muito do americanismo. Foi a última eclosão significativa de uma classe operária de cariz fordista, a qual não ultrapassava a ideologia liberal-democrática, ou seja, incapaz de propor uma nova hegemonia. Os restos de organizações marxistas que convergiram nessa experiência, pela sua própria fragilidade, foram incapazes de alterar esse cenário. Nos anos 90, todavia, essas organizações se homologaram à ordem, assim como também o fizera a maior parte do que sobrara da tradição comunista.

Uma novidade relativa foi a organização das comunidades indígenas em áreas importantes da Meso América e da América Andina. No México, Guatemala, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile, a resistência indígena, em busca de direitos e de resgate da identidade cultural, avançou bastante. O que se comprova, de modo geral, é que apesar da rápida e caótica urbanização, foram os movimentos agrários a ganhar espaço na defesa do ambiente, da terra, da cultura ancestral contra a cultura da rapina materializada no movimento do capital.

Pode-se então se dizer que as classes subalternas do continente e do Brasil se organizaram tomando uma muito seletiva tradição progressista em consideração, mas que também incorporava elementos decisivos da cultura e ideologia das classes dominantes. Uma visão de mundo fragmentária pode eventualmente respaldar uma rebelião espontânea, uma visão de mundo que apenas lê ao reverso as ideologias predominantes ou hegemônicas das classes dirigentes pode organizar a luta das classes subalternas, mas apenas dentro do terreno do Estado da classe antagônica.

3. O neoliberalismo das classes subalternas

A crise social que tomou conta do continente e do Brasil fortaleceu os movimentos de resistência ao projeto do grande capital transnacional para essa região. Dessa resistência surgiram novos regimes políticos preocupados em criar uma alternativa social reformista em condições de oferecer melhora significativa nas condições materiais e espirituais das massas, assumindo ou concedendo muitas das reivindicações antes postas pelas classes subalternas. Nessa situação encontramos Venezuela, Equador e Bolívia, Países de economia agrária e extrativa, com população indígena mais ou menos significativa. A partir da Venezuela foi forjada a ideologia do bolivarianismo, que se estendeu para os outros dois Países (e também para a Colômbia), os quais, contudo, enfatizaram o seu caráter pluri nacional e pluri cultural, em decisivo reconhecimento dos povos originários.

O levante popular contra as medidas governamentais na Argentina provocou a fuga do presidente De La Rúa e o início do período do casal Kirchner. Na verdade, a eleição de Nestor Kirchner serviu para dividir e neutralizar o movimento popular, que criava instância de auto-organização e de autogoverno. Por mais de uma década o governo do Partido Justicialista, com Nestor e depois Cristina Kirchner, fez concessões sociais significativas, de tal modo a preservar certo consenso social e também certa autonomia na política internacional. Procurou também defender os interesses da burguesia argentina no processo de integração regional.

No Brasil, a crise social e as duras medidas governamentais para atacar o déficit público, que insistia em se fazer presente apesar das privatizações e da reforma da previdência social, provocaram um desgaste enorme da coalizão de governo PSDB-PFL, que conseguira até então manter unidas as frações da burguesia e relativamente

submissas as massas populares por meio de doses diferentes de violência estatal. A ascensão do movimento de massas encabeçado por PT-CUT-MST indicou a possibilidade da eleição de Lula, na sua quarta tentativa. Por outro lado, a burguesia, mais uma vez dividida, não tinha candidatura certa, assim como não teve em 1989, quando teve que aceitar um jovem representante das velhas oligarquias agrárias do Nordeste, Fernando Collor, depois derrubado pela própria burguesia, mormente industrial.

Não havia outro nome capaz de enfrentar Lula, como fora Fernando Cardoso. A disputa parecia sair do controle como em 1989, até que se compreendeu que melhor candidatura capaz de neutralizar a ascensão do movimento popular e unir as frações burguesas era o próprio Lula, o qual também compreendeu que assumir esse papel era a única possibilidade de chegar a Presidência do País. Esse foi um movimento de deslocamento estratégico, de mudança nas relações de força?

A questão que se coloca é então aquela de saber se há uma hegemonia burguesa no Brasil e o quanto ela é forte no interior do bloco histórico do capitalismo brasileiro. A revolução burguesa no Brasil se realizou ao modo de uma particular revolução passiva entre 1928 e 1978, aproximadamente, tendo por principal agente o Estado corporativo e o exército, em particular. O hibridismo liberal foi imposto pelas velhas oligarquias e pela burguesia industrial e impôs limites às concessões feitas ao proletariado e as classes subalternas em geral. Ao fim dos anos 1970, o proletariado industrial de perfil fordista emerge na cena logo depois da burguesia industrial ter apostado na sua capacidade de dirigir a sociedade civil dentro de um “Estado de direito”. Parecia então que o conjunto das forças sociais fundamentais investia numa democracia liberal, na qual a disputa essencial estaria na extensão dos direitos sociais às classes subalternas.

A revolução passiva pode se completar de maneiras diversas. Não se pode descartar uma eclosão democrática, mas o mais provável é a configuração de uma hegemonia burguesa débil, por conta de ter sido construída a partir de um bloco feudal-burguês, ou seja, de um acordo tácito entre as oligarquias agrárias e uma ainda débil burguesia, necessitada da proteção do Estado para o seu fortalecimento na sociedade civil. A eclosão democrática exigiria uma já avançada organização proletária dotada de projeto estratégico, algo de muito difícil tessitura em condições de forte

coerção estatal, ou ainda uma crise orgânica profunda que criasse uma situação revolucionária inesperada.

A década de 1980 foi uma fase de articulação das forças sociais presentes na sociedade civil e de realinhamento da correlação de forças. O acordo que deu fim a ditadura militar lançou em campo exatamente a burguesia industrial com a pretensão de ser dirigente hegemônica de um capitalismo ainda muito promissor. O proletariado e as classes subalternas não conseguiram avançar por um caminho antagônico e se mantiveram na condição de subalternidade, ideológica antes de tudo, pela aceitação do americanismo fordismo. Certo que essa perspectiva subalterna assumiu também aspectos particulares e mais combativos, mas que serviu para consolidar uma aristocracia operária. A ascensão do movimento operário e popular e a falta de unidade no seio da burguesia contribuíram para que conquistas sociais aparecessem na Constituição junto com detalhes de aparência inocente, mas decisivos nos tempos que haveriam de vir, como a intrusão na laicidade básica da Lei da expressão sobre Deus e a isenção de impostos para templos religiosos.

A partir do momento que o intento da burguesia industrial (e também das camadas superiores da classe operária) falhou e as classes dominantes se agruparam em torno dos propostos do “consenso de Washington”, começaram os ataques aos direitos sociais e ao patrimônio estatal. Muito difícil que o poder judiciário ou mesmo o poder legislativo escapassem do controle direto da burguesia, mas o poder executivo tinha uma situação mais incerta. Houve a dificuldade na definição do candidato “certo” em 1989, houve o golpe contra Collor e houve o golpe da reeleição de Cardoso. De fato, foi Cardoso o único a governar com projeto claro e com base de sustentação parlamentar congruente. Parecia enfim que a burguesia brasileira se apresentava como classe hegemônica, mas de novo com a aparência mais perceptível do que a essência. É verdade que parte ampla da pequena burguesia já servia de apoio a esse projeto, o qual tinha amplo respaldo dos meios de comunicação e de parte da intelectualidade. As classes subalternas, por sua vez, encontravam-se ideologicamente desarmadas e submetidas aos cânones impostos pelo domínio de classe.

Quando a crise de 1998 começou a trincar a coalizão das frações das classes dominantes, apareceram também problemas para dar sequência ao esquema político de sustentação registrado no governo Cardoso. A disputa sucessória foi uma disputa

entre propostas diversas para saber quem seria capaz de selar as rachaduras do bloco das classes dominantes e ainda angariar apoio popular sem que ocorresse uma ruptura com a orientação política econômica que prevalecia desde fim de 1989.

4. Os governos do PT

O conhecido documento de campanha de Lula intitulado “Carta aos brasileiros” foi o sinal de que o PT, aliado já ao PMDB, se dispunha a fazer o papel dele esperado, ou seja, o de oferecer garantias a todas as frações do capital e de auferir amplo consenso social. Deveria então haver tolerância com uma gama de “políticas públicas” mais incisivas e diversificadas, que alcançassem as camadas mais miseráveis da população e também algumas das demandas por direitos de movimentos sociais. Para que esse plano fosse bem sucedido era indispensável que a economia do capital apresentasse um crescimento pelo menos razoável. De fato, o crescimento esteve garantido de 2003 até 2012.

Nessa fase de crescimento a agricultura exportadora e a grande finança estiveram em ótima forma, assim como a indústria de construção civil. Setores eventualmente ameaçados pela concorrência externa, como a indústria automobilística, recebiam auxílio do governo via legislação ou via BNDE. Uma situação favorável no mercado externo fez do Brasil grande exportador de produtos primários. Enquanto isso continuava o processo de desindustrialização do País. O crescimento foi sustentado por manobras como cambio e juros altos, mas com dívida pública crescente. O investimento em ciência e tecnologia, elemento essencial para algum pretense arranque econômico ficou sempre muito baixo. A educação escolar e a cultura também ficaram com recursos escassos. O essencial era mesmo manter a burguesia ciente de que seus interesses estavam garantidos, tanto que nem se falou de reforma na tributação ou reforma agrária.

A grande aceitação e consenso popular do Governo PT-PMDB veio das chamadas “políticas públicas”, na verdade políticas compensatórias para o fortalecimento da hegemonia burguesa. Toda sorte de bolsas foi distribuída, a mais importante das quais foi a “bolsa família”, ninharia distribuída para famílias miseráveis poderem sobreviver. A política habitacional, decerto muito insuficiente, também deve

ser citada. Lastimável diante da expectativa foi a política de distribuição de terra aos trabalhadores rurais.

Na área educacional superior foram tomadas medidas ditas “inclusivas”, como o PROUNI, política que contribuiu muito para salvar muitas universidades privadas da insolvência e minorar a pressão da juventude em busca de alguma qualificação profissional. Destaque-se ainda a política de quotas para estudantes da escola pública, para afro-brasileiros e índios. Políticas voltadas para direitos das mulheres e LGBT foram também estabelecidas. Polemicas muitas dessas ações, mas o fato é que angariaram apoio significativo dos grupos sociais beneficiados e franca repulsa de parcelas muito grandes da pequena burguesia, além de serem motivo de discussão no seio das esquerdas.

O problema de fundo desse período de governo foi que a preocupação maior com as tais “políticas públicas” era a de formar uma sólida base eleitora para o PT. Nunca houve a preocupação de se organizar as massas e educa-las no senso de uma reforma intelectual e moral, o que demandaria também um programa de mudanças econômicas de fundo. Ou seja, o governo do PT nem reformista foi. Não passou de um governo que atuou dentro da estrutura neoliberal imposta ao País desde fins dos anos 80, apenas que com algumas preocupações sociais muito funcionais para a preservação do domínio de classe da burguesia e também para a sua própria permanência no governo do Estado.

Percebe-se então que o PT apareceu mais como uma organização que expressou interesse econômico corporativo da aristocracia operária, a qual se manteve subalterna ao campo ideológico da burguesia, que nunca se divorciou do liberalismo, nem quando esteve na oposição, nem quando esteve no Governo do Estado burguês. Tampouco foi um governo “neodesenvolvimentista”, pois não desenvolveu o capitalismo brasileiro, no sentido de desenvolvimento das forças produtivas. A finança e a agroindústria andaram bem, mas não foram criados núcleos de produção de ciência e tecnologia de alto padrão. Desenvolveu-se o consumismo e o individualismo, mas não houve qualquer elevação significativa na consciência das classes subalternas.

É verdade, sem dúvida, que grupos sociais subalternos de modo no mais das vezes particularizado, como corporação, avançaram na sua organização e nas demandas. Foi o caso das mulheres, dos grupos ditos LGBT, dos negros, mas muito

pouco dos trabalhadores manuais e intelectuais. Certo que os esforços do MTST tem sido notáveis, enquanto que o MST refluíu muito na sua ação política. De alguma maneira a adesão da aristocracia operária ao bloco das classes dominantes deixou o proletariado mais pobre e menos organizado decapitado e sem direção política antagônica à ordem do capital. Tiveram que depender das “políticas públicas” ofertadas pelo Estado como via de aprofundamento da hegemonia burguesa nascida débil.

A política interna, na verdade a política econômica e social do governo Lula conseguiu amplo respaldo na medida em que garantiu os ganhos exorbitantes do capital e dispôs uma percentagem ridícula para as “políticas públicas”. Mas mesmo essa percentagem ridícula apareceu com grande ganho para as camadas mais miseráveis de trabalhadores e serviu também para consolidar uma firme base eleitoral para o PT.

Contudo, foi a política internacional do governo Lula o que angariou significativo apoio da esquerda reformista em todo o mundo e alimentou muitas ilusões. Certo que essa política esteve voltada para a expansão da burguesia brasileira, não só no comércio internacional, mas mesmo na produção edilícia e na produção petrolífera. A empreiteira Odebrecht e a Petrobrás foram instrumentos decisivos dessa política, assim como o BNDES. O objetivo foi o de diversificar as ações dentro da economia mundial.

A América Latina foi um dos focos mais importantes da ação governamental. Ainda que não tenham faltado rugas, o Brasil acatou a política da Venezuela, que visava a integração continental. Houve certo esvaziamento do Mercosul em troca do projeto da Unasul. O Brasil se aproximou bastante de Cuba, Nicarágua, Venezuela, Equador, Bolívia e manteve, em geral, boas relações com Uruguai e Argentina. Foi até mesmo tentada uma intervenção em Honduras para defender o presidente Zelaya frente o primeiro golpe de Estado de última geração. Quanto ao golpe de mesmo tipo na Paraguai o Brasil se aquietou, ainda que tenha sido favorável a congelar a participação paraguaia no Mercosul.

Desde a derrota do projeto da ALCA, de meados dos anos 90, os Estados Unidos recuaram num primeiro momento, mas depois empreenderam uma estratégia de mais longo prazo, que foi a conquista paulatina de “áreas de livre comércio”. O México já

havia sido incorporado com o NAFTA, de 1994; depois foi a vez da América Central. Tradicionalmente os Estados Unidos expande e garante seus interesses pela margem do Pacífico e efetivamente, com exceção do Equador e da Nicarágua, toda a zona do Pacífico se integrou ao projeto de “livre comércio” de muito bom grado.

Essa iniciativa contrastou aquela outra do Brasil de construção de estrada e porto para alcançar o Pacífico e facilitar o comércio com a Ásia. Seria essa uma alternativa à rota pelo Sul da África para maior integração com os Países denominados de BRICS, que chegaram a projetar um banco e uma moeda comum para suas trocas numa afronta aos Estados Unidos.

5. As origens da crise brasileira

Em 2008, a crise estrutural do capitalismo, em andamento desde os anos 70 do século passado, assistiu a uma erupção muito forte. Começada no mercado imobiliário americano, atingiu os grandes bancos e se difundiu pela Europa. Os Governos apelaram para os fundos públicos para salvar os grandes bancos privados, que aproveitaram para se enriquecer ainda mais. O empobrecimento dos trabalhadores foi o efeito imediato de erupção, que se aprofunda dado que a crise fiscal do Estado é incontornável.

Por meio de medidas de política econômica, o Brasil conseguiu conter os efeitos mais devastadores da crise e garantiu a continuidade do governo petista com a eleição de Dilma Rousseff em 2010. Ainda que zona não prioritária, a América do Sul deve ser mantida sob controle, na visão historicamente sedimentada dos Estados Unidos. Assim, na nova década começaram ações mais decisivas tendo em vista a ereção de governos de claro estampo de direita liberal. Os golpes de nova geração aplicados em Honduras e Paraguai serviram de experiência. O fim da experiência venezuelana é crucial e vem sendo tentada há bastante tempo, mas ganhou novo ímpeto depois da suspeita morte de Hugo Chaves, em 2012. Na Bolívia, a derrota de Evo Morales no plebiscito que poderia permitir a sua reeleição, pode ter sido fatal. Na Argentina, a derrota do Partido Justicialista para a direita liberal mostra já com clareza a natureza antipopular do novo governo de Macri.

No Brasil, o governo da coalizão petista passou bem pela prova de 2012 das eleições municipais. O desgaste efetivo começou em 2013 com as manifestações da

pequena burguesia em diversas cidades do País. Clamava-se pela ampliação dos direitos sociais, mas logo a direção tomada foi a de ataque aos partidos políticos e a corrupção. Por um momento essas manifestações estiveram em disputa, mas logo a direita liberal tomou a dianteira do movimento, mostrando uma vez mais como o governo do PT havia deixado de lado o problema da educação das massas, sua organização e capacidade de mobilização, assim como também se constatou a debilidade das forças da esquerda anticapitalista.

Em 2014 ocorreram muitas manifestações contra a realização da Copa do Mundo de Futebol, tendo em conta a evidente e escabrosa corrupção e a inutilidade de muitas obras. O desgaste do governo petista agora já era bastante sensível e a disputa eleitoral foi bastante difícil. Para a presidência o plano da direita liberal e do imperialismo era o de eleger Aécio Neves ou Marina Silva, mas a vitória coube mais uma vez ao PT, por margem bastante estreita. A vitória pouco convincente se desdobrou na eleição de vários governadores da direita liberal ou de aliados pouco confiáveis. Mas o desastre se mostrou mesmo na composição do Congresso Nacional. Com a ajuda da legislação eleitoral que permitiu a contribuição de bancos e empresas para as campanhas, os mais diversos grupos de interesse elegeram bancadas importantes. Com destaque para a bancada evangélica, da indústria de armas e da burguesia agro exportadora, que montaram uma coalizão reacionária informal muito forte.

O novo governo nasceu acuado e de muito pouco adiantou a promessa de mudar a política econômica. De fato, a crise econômica e social latente explodiu ainda no fim de 2014. A coalizão de governo que sustentava o governo petista desde 2003 começava a ficar irrequieta. Essa coalizão juntava PT com os partidos de governo, de qualquer governo, compostos por grupos de interesse e que vivem de recursos sugados do Estado. Uma aliança que desde o início era impeditiva de qualquer transformação democrática mais fundamental.

As frações da classe dominante começam a se dividir, cada uma em defesa de seus interesses. Os gastos sociais passam a serem vistos como desperdício inútil de recursos que beneficiava somente o PT. Logo um novo consenso estava por se formar: a conta da crise deveria ser paga pelos trabalhadores e isso tinha implicação de se retirar direitos sociais e investimentos em “políticas públicas” e se passar a uma nova

época de privatizações. A reaproximação com os Estados Unidos também entra na agenda. Ao fim das contas, objetivo era acabar com a aliança da burguesia com a aristocracia operária, a qual deveria deixar o quanto antes os salões do poder para que pudesse também ajudar a pagar a conta da crise.

A ideia é então promover o maior desgaste possível do governo petista de modo a impedir o eventual retorno de Lula em 2018. Uma arma essencial a esse propósito aparece com a iniciativa de instâncias do Poder Judiciário de desencadear uma operação contra a corrupção, cujo início foi a Petrobras. Essa ação atingiria a empresa e também o PT. De fato, um após outro, de modo a sempre preencher a mídia com novas informações, essa operação, denominada Lava Jato, serviu para atordoar o PT e a afastar ainda mais os aliados. A mobilização da pequena burguesia que já sentia os efeitos da crise e se recusava a pagar a conta, que se recusava a aceitar as “políticas públicas” do governo petista e mesmo a política internacional do governo, foi obra da mídia conservadora (jornais, TVs, sites) e conduzida por quadros intelectuais jovens, que vinham se preparando desde o começo do século. A resistência popular, por sua vez, foi menor e restrita a também a setores da pequena burguesia e da aristocracia operária, o único setor organizado, à parte os movimentos sociais de trabalhadores em luta pela terra e pela habitação.

Colocado na defensiva o PT tratou de defender Lula, o objetivo principal da operação judicial. O governo tratou, por sua vez, de fazer várias concessões aos partidos “aliados” a fim de se manter em pé. A pequena política, a política de corredor predominou amplamente. Assim como o parlamento, os partidos estão fragmentados e o próprio poder judiciário esta dividido. Tudo isso torna a partida mais complexa.

A resistência do poder executivo em cortar as verbas voltadas às “políticas públicas” e insistir que o combate à corrupção deveria continuar, foi motivo para que a própria presidente fosse afastada pela operação judicial e pela maioria do parlamento. Assim, a 17 de abril foi aberto o processo de impedimento da presidente e uma nova maioria se estruturou para a montagem do governo a ser encabeçado pelo vice-presidente. A nova maioria passou a girar em torno da aliança PMDB-PSDB, o primeiro o principal partido aliado ao PT na década anterior e que carregava inúmeros partidos mais ou menos conservadores, articuladores de interesses de grupos organizados para saquear o fundo público: o chamado “centrão”, composto por 13 legendas e cerca de

220 deputados. A oposição liberal conduzida pelo PSDB era acompanhada por DEM, PPS e PSB, além de outras legendas pequenas. Com a mudança de governo PT-PDT-PCdoB passam para a oposição, que somado a PSOL e Rede, representa apenas cerca de 20% da Câmara dos Deputados. Por mais asco que provoque, o afastamento da presidente petista e a montagem do novo governo expressou a real correlação de forças no parlamento, um parlamento eleito sem dúvida por quem tinha mais dinheiro, mas expressão também da sociedade civil, mesmo que com distorções.

A crise orgânica do capital na esfera global se encontra com uma crise orgânica do bloco histórico que se constituiu com o fim da ditadura militar. Além da crise econômica e social, crise de acumulação a bem dizer, ocorre uma crise na relação entre sociedade civil e Estado, as classes e frações de classe se descolam dos partidos políticos e das instituições liberais, desnudadas pela deslavada corrupção.

O governo interino de Michel Temer, do PMDB, é respaldado pelo centrão conservador e pela ex-oposição liberal. O esforço é para realizar reformas conservadoras e liberais em busca de apoios políticos na máquina do Estado e em todos os setores das classes dominantes. A ação governamental fica voltada para a maior restrição possível nos direitos sociais e nas “políticas públicas”, o modo de fazer com que os trabalhadores paguem a crise fiscal do Estado. Junto a isso uma nova onda de privatizações deve ter início.

6. A resistência

A perplexidade diante do golpe institucional em andamento demorou a passar. O motivo real era que o governo tinha apenas uma direção em vista que era a de fazer mais concessões aos aliados conservadores: conversas e acordos resolveriam qualquer problema que surgisse, ainda que a presidente tivesse alguma dificuldade nessa arte.

Quando a deposição da presidente era fato consumado foram os partidos da esquerda de governo a se mobilizar, com apoio e respaldo sindical e de parte do movimento popular, além de parte da pequena burguesia intelectualizada. A perspectiva é garantir a instabilidade do governo interino do PMDB, resgatar o mandato presidencial e fazer novos acordos, se preparar para as eleições de outubro de 2016, preservar o nome de Lula para a contenda eleitoral de 2018. Nada mais que isso.

O setor mais autônomo do movimento popular carrega ênfase na defesa dos direitos sociais e nos espaços públicos de democracia ameaçados pela vitória política e ideológica auferida pelas forças mais a direita do espectro. A debilidade das forças de esquerda antagônica indica que a chance de se forjar uma vertente revolucionária passa pela luta pela unidade popular, pela participação em todos os acontecimentos que a presença popular seja significativa. Essa é uma necessidade a fim de que no debate político e ideológico se possa demonstrar a face real dos grupos dirigentes da esquerda reformista, a sua responsabilidade dentro da crise, principalmente por conta da decisão de assumir o governo do Estado junto com as mais atrasadas e parasitárias forças do conservadorismo dentro do Estado burguês.

A crise que afeta a esquerda reformista abre espaços maiores para a organização e educação das classes subalternas numa perspectiva democrática e socialista, antagônicas a associação indelével do Estado com o capital. A construção e fortalecimento da frente única das classes subalternas, a sua autonomia e antagonismo permanente e persistente à ordem do capital é o único caminho possível para a radical transformação das relações sociais.

Recebido em 18 de novembro de 2016

Aceito em 02 de dezembro de 2016

Editado em 15 de dezembro de 2016